

O PENSAMENTO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO

ENTREVISTA DE CELSO FURTADO A CARLOS MALLORQUÍN*

Tradução do espanhol: Omar Ribeiro Thomaz

RESUMO

Celso Furtado relata o processo de gestação e colocação em prática das idéias que constituíram o pensamento econômico cepalino. Partindo de seus primeiros contatos com Raúl Prebisch, em 1948, e chegando até a atividade atual de Furtado, voltada para a análise da relação entre cultura e desenvolvimento, a entrevista apresenta um panorama detalhado da trajetória de um dos mais influentes economistas latino-americanos.

Palavras-chave: pensamento econômico; CEPAL; América Latina; Celso Furtado.

SUMMARY

In this interview, Celso Furtado describes the development of the ideas that constituted Cepal's economic thought. His comments provide an overview of the trajectory of one of Latin America's most influential economists, from his first contacts with Raúl Prebisch in 1948 up to his current work on the relationship between culture and development.

Keywords: economic thought; CEPAL; Latin America; Celso Furtado.

Conhecer e entrevistar este eminente economista brasileiro era, para mim, uma obsessão. Tinha estudado Celso Furtado nos seus escritos, nos seus livros, na sua trajetória, quando escrevia minha tese de doutorado na Universidad Nacional Autónoma do México. Ler a sua obra foi um deleite pelo seu estilo refinado e claro. Raciocinar a partir das suas idéias foi toda uma aventura pelo vôo e o rigor do seu pensamento heterodoxo. Acho que, nas minhas pesquisas e leituras, tive acesso a todo o material impresso a ele relacionado. Apesar disto, não pude chegar a esclarecer diversos matizes de suas relações com Raúl Prebisch e com outras figuras que influenciaram a formulação deste corpo de idéias que logo passaram a denominar-se de cepalinas. Tampouco pude inferir os atributos e características pessoais deste eminente pensador, um dos mais fecundos que apareceram no cenário econômico da América Latina.

Minha tese foi formalmente aprovada com honras na Universidade. O mérito foi do tema abordado e do claro brilho, assim como da força, das idéias deste eminente autor. Porém, meu interesse e minha curiosidade em relação a ele não terminaram ali. Em vez de diminuir, aumentaram. Queria saber o que pensava, na atualidade, diante da quantidade imensa de novos acontecimentos que domina o panorama continental e qual era o balanço e a apreciação da sua experiência passada.

(*) Realizada no Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1994.

Foi assim que lhe escrevi e lhe pedi uma entrevista. Enorme atrevimento. Mas, para minha surpresa, recebi uma resposta positiva e, sem demoras, viajei para o Rio de Janeiro, onde ele reside atualmente. Ali mantivemos, no seu apartamento acolhedor, um rico diálogo, cujo desenvolvimento transcrevo a seguir. (Carlos Mallorquín)



Os anos 50

Como conheceu Raúl Prebisch?

Foi em 1948, antes da reunião da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) em Havana. Nos encontramos casualmente no avião que me levava ao Chile.

O senhor se apresentou e...

Ele se mostrou comigo muito reservado; no entanto, foi muito amável. Nessa época ele estava numa situação complicada, sob muita pressão e eu imagino que por isso foi tão cauteloso¹. Porém, logo depois de chegar na CEPAL, um mês depois, as circunstâncias eram outras, e rapidamente estabelecemos relações.

(1) Prebisch foi exilado da Argentina por Perón em 1948.

O senhor tinha lido algum texto dele?

Sim, seu trabalho sobre Keynes (*Introducción a Keynes*²). Era o único trabalho dele que conhecia. Sabia, porém, que se tratava de alguém extremamente respeitado pela comunidade acadêmica mundial.

(2) México: Ed. F. C. E., 1947 [ed. bras., *Introdução a Keynes*. Trad. Otacílio Nunes. São Paulo: Brasiliense, 1991].

Nos seus textos autobiográficos, o senhor assinala que tinha consciência de que se estava gestando na CEPAL uma nova perspectiva, quase com idéias revolucionárias, sobre o desenvolvimento da América. Cabe perguntar se figuras como J. Noyola, J.A. Mayobre, J. Ahumada e o próprio Prebisch compartilhavam então esta apreciação.

Não, acho que não. Noyola não estava ainda na CEPAL. Incorporou-se em 1951, na reunião do México. Ahumada também não estava lá. A CEPAL, então, era um grupo muito pequeno. Raras pessoas tinham uma consciência política. Que eu me lembre, somente Regino Boti, um "Harvard man", cubano, tinha uma posição política muito clara e definida com relação à América Latina. Quando chegou na CEPAL, Prebisch ficou um pouco isolado. Começou como consultor temporário e não assumiu nenhuma direção ou cargo. Incorporou-se somente para fazer um trabalho muito específico e ficou, então, um pouco isolado do resto. Fazia o seu trabalho isoladamente, com intensa dedicação. Quando apresentou o trabalho, eu o li³ rapidamente, mas pouco depois ele guardou a cópia.

(3) Furtado se refere à primeira versão do manuscrito hoje famoso: "O desenvolvimento econômico da América latina e seus principais problemas". *Revista Brasileira da Economia*. Rio de Janeiro, ano 3, nº 3, set., 1949.

Por quê?

Bom, acho que tinha mudado um pouco de idéia. Penso que Prebisch, pela primeira vez, estava estudando a América Latina em seu conjunto. Antes tinha trabalhado na Venezuela, no México e, naturalmente, na Argentina; contudo, não era ainda um latino-americanista. Ao ler a primeira versão do seu trabalho, percebi

imediatamente que era ainda muito monetarista; logo vieram as críticas e o debate que realizamos a respeito. Em seguida, aconteceu um fato singular e, com certeza, muito importante. Foi o aparecimento do trabalho de H. Singer⁴, sobre os termos de intercâmbio, que permitia pensar globalmente sobre os problemas dos países subdesenvolvidos, ou sobre os termos de intercâmbio em escala mundial entre os produtos primários e os produtos industrializados, que se traduz nos termos de intercâmbio globais. Singer tomou, assim, como hipótese central a relação entre os países desenvolvidos e os países não desenvolvidos. Digamos que era uma descrição do imperialismo com outro nome. Nós podíamos nos dar conta de que a economia mundial era dominada pelos preços internacionais, que refletiam uma relação de poder. Não era simplesmente um mercado no sentido tradicional. Prebisch leu o texto de Singer e, seguramente, sofreu um grande impacto. Porque depois de guardar a primeira versão, trabalhou intensamente numa segunda e introduziu uma citação de Singer e os dados sobre o sistema de intercâmbio. Eu tinha lido também o texto de Singer e estava muito interessado no tema. Não havia ainda no departamento uma escola de pensamento da CEPAL. Prebisch e outras pessoas, como eu e o Regino, que também tínhamos uma intensa preocupação política, faziam parte do grupo. Éramos um grupo de economistas ainda muito pequeno, oito ou dez pessoas, onde ainda não havia uma visão de conjunto com respeito à América Latina. Não podemos esquecer que América Latina é uma invenção recente. Havia o pan-americanismo, que era uma coisa de Washington, um sistema para encobrir o domínio norte-americano na América Latina. A idéia, porém, de um sistema econômico da América Latina, com problemas comuns etc., foi algo do pós-guerra.

(4) Em revistas acadêmicas surge com o seguinte título: "The distribution of gains between investing and borrowing countries" (1950). É citado no texto de Prebisch com seu títulos e chaves institucionais: "Post war price relations in trade between under-developed and industrialized countries", E/CN.I/Sub.3/W.5.

Posteriormente o senhor se relacionou com Noyola, Ahumada, Mayobre etc. Eles tinham consciência da reviravolta e da mudança de perspectiva radical que o senhor visualizava?

Digamos melhor, heterodoxa. O grupo da CEPAL se ampliou logo após a conferência do México de 1951. Tivemos primeiro a Conferência de Havana em 1949, onde foi apresentado o famoso texto de Prebisch, e ali este trabalho teve um impacto considerável, não só no nosso grupinho da CEPAL mas em toda a América Latina. Foram muitas as pessoas que debateram e estudaram o problema e tomaram consciência de que era necessário pensar a América Latina a partir de coisas novas. Não era simplesmente, digamos, o Brasil e o seu café. Era pensar em coisas totalmente novas, com uma visão da dinâmica e da estrutura da economia mundial, das relações de poder que a economia mundial implicava. Isso apareceu claramente a partir dos trabalhos de Prebisch apresentados nas conferências de Havana (1949) e Montevideu (1950). Tudo isto mudou o quadro de referências.

A CEPAL foi, então, se ampliando, apareceram personalidades significativas, Noyola e Ahumada. É interessante porque Ahumada era, então, um ortodoxo. Tinha estudado nos Estados Unidos e trabalhado no Fundo Monetário Internacional. Tinha idéias muito ortodoxas. Teve um conflito inicial com Prebisch e, não obstante, não saiu da CEPAL, porque Prebisch compreendeu que era um rapaz valioso e insistiu em que ficasse. O conflito central não foi com ele. Foi com Martinez Cabañas, o secretário executivo, pela forma como havia recrutado Ahumada e outras pessoas para o Centro de Estudos de Desenvolvimento que Prebisch devia dirigir. Prebisch se ofendeu. Ele era muito cioso da sua independência. Por sua vez, Ahumada se ofendeu com a reação de Prebisch. Apesar disto, ele ficou. Posteriormente, teve uma grande influência na difusão das idéias da CEPAL,

mas não na sua elaboração. Falo na difusão porque foi ele quem dirigiu, depois, o Centro de Estudos, e como este era uma escola, converteu-se no instrumento desse processo de irradiação das idéias do pensamento cepalino. Juan Noyola, ao contrário, tinha trabalhado no Fundo Monetário mas nunca tinha estudado nos Estados Unidos. Há uma grande diferença entre os estudantes latino-americanos que estudam economia nos Estados Unidos e ficam fascinados pelo suposto rigor da economia formal moderna, neo-clássica etc.

Como hoje em dia, nos últimos dez ou quinze anos...

Atualmente muito mais do que naquela época; naquele momento, a ortodoxia norte-americana não era tão disciplinada nem tão homogênea. Havia um nome como Schumpeter, por exemplo, que era extraordinariamente heterodoxo, tinha uma visão histórica das coisas. Do nosso grupo, Ahumada e Regino tinham conhecido Schumpeter nos Estados Unidos. Juanito⁵, ao contrário, não tinha estudado nos Estados Unidos, mas, como afirmei, trabalhara no Fundo Monetário. Eu diria que ele representava a tradição de um marxismo, entre aspas, mexicano, que é uma forma de antiamericanismo, de afirmação nacional mexicana, mas não era um pensamento elaborado. Juanito pertencia a esse grupo e era um bom economista; ele era muito cuidadoso com os seus textos e trabalhava muito finamente. Seu antiamericanismo era, no entanto, evidente. Era o inverso de Víctor Urquidí, que imaginava que os mexicanos que criticavam os Estados Unidos não conheciam este país. Tinha uma coisa que os franceses chamariam de um "preconceito favorável". Não obstante, era um homem reto, honesto.

De fato, nos seus livros autobiográficos o senhor demonstra grande consideração por Juan Noyola...

Juanito, sim, foi meu mais íntimo amigo nessa época.

Digamos que as idéias dele, nos primeiros anos da década de 50, são muito parecidas com as suas...

Sim, nós tínhamos idéias parecidas; digamos assim: quando pensávamos no concreto, pensávamos quase igual. Quando teorizávamos, podíamos ser um pouco diferentes, pelas influências dos diferentes autores nos nossos pensamentos. No entanto, quando se tratava de diagnosticar os problemas da América Latina, éramos totalmente iguais.

Não sei se o senhor sabe que talvez a única resenha do seu livro A economia brasileira (1954)⁶ foi escrita por ele na Revista Econômica Brasileira em 1955. Acho, inclusive, que não existe outra resenha desse texto...

É verdade. Esse texto saiu de circulação muito rapidamente. Foi feita uma edição pequena, privada, que eu paguei do próprio bolso. Esse texto se esgotou e não chegou, por isso, a ter um impacto maior, desapareceu. Juan se deu conta de que o livro tinha idéias originais e teve interesse em escrever uma resenha⁷.

Posteriormente, o senhor conheceu O. Sunkel, e os seus textos autobiográficos demonstram claramente que o senhor observou ser ele um jovem com grandes qualidades e capacidade para pensar problemas fora dos padrões tradicionais...

Sim, mas Sunkel faz parte já de uma geração mais jovem, vinte ou quinze anos mais jovem que eu e Noyola. Ele era estudante de economia e pertencia à primeira geração latino-americana que sofreu influência da CEPAL, do pensamento da

(5) Furtado se refere a Juan Noyola, com quem, como veremos a seguir, desenvolveu uma profunda amizade.

(6) *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

(7) Este texto, com algumas reformulações conceituais importantes, integra quase na sua totalidade a *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959; o resto está incluído no seu texto também clássico *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Para uma análise detalhada das transformações que esse texto sofreu ver Carlos Mallorquín, *La idea del subdesarrollo: El pensamiento de Celso Furtado*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, Universidade Nacional Autónoma do México, 1993, capítulo quarto.

CEPAL, do nosso grupo. Logo foi para Londres, para a London School of Economics, levando com ele esta influência. Quando começou a absorver o pensamento econômico acadêmico da economia moderna, sua visão era muito crítica. Ele já não era vulnerável à doutrinação fácil, já estava formado. Tinha trabalhado conosco na CEPAL — como estudante — e tinha preparado sua tese com Ahumada lá em Santiago.

Mencionamos figuras como Schumpeter, Keynes e os seus discípulos, com os quais o senhor discutiu a fundo no final dos anos 50. A quem o senhor atribui a principal influência nas suas idéias?

É curioso, porque não se pode elidir o impacto do pensamento macroeconômico da versão keynesiana que permitia, digamos, captar a importância da política econômica e da política como algo de Estado, não como algo que surge nas instituições internacionais tão dominantes hoje em dia. A verdadeira política deve fazer parte de um projeto nacional. Isso está muito ligado a Keynes. Eu fui aluno e fui influenciado por F. Perroux e M. Byé em Paris, entre 1946 e 1948. Na realidade, Perroux me impressionou muito. Ele já sofria uma grande influência de Keynes, e projetava o tema do poder na economia internacional. Já não era um problema de apenas estudar uma economia e conhecer as formas de mercado, as formas de poder implícitas. Sabia que um oligopólio significa, na realidade, mais do que uma expressão econômica, é uma forma de poder. Ele projetava isso no plano internacional. Eu comecei, então, prematuramente, a pensar em articular a economia ao poder, com uma dimensão internacional. Foi, evidentemente, influência de Perroux.

Estes três temas — poder, relações internacionais e Estado — se destacam ao longo da sua obra. É interessante assinalar que existem pessoas quase com a mesma trajetória, por exemplo, G. Myrdal, A. Hirschman. O senhor já conhecia Hirschman?

De fato, Hirschman foi influenciado por Perroux. Estudou na França antes de ir para os Estados Unidos. Não diria que me influenciou, mas foi um grande divulgador das idéias que prevaleciam nessa época, que incluíam a noção do poder, muito distantes do neoclassicismo. Agora, Myrdal é realmente interessante. Apreciei-o prematuramente em função dos seus trabalhos sobre os negros norte-americanos. Teve um grande impacto em muitos de nós. Era, verdadeiramente, um homem de uma modernidade excepcional, no melhor sentido do termo. Acho que, depois de Keynes, era a pessoa mais importante que pensou essa coisa de ligar toda a tradição do pensamento econômico — também Keynes — à política. E, ao pensar o Estado, pensa o poder, essas coisas que os neoclássicos tinham eludido, desconsiderado.

De fato, o senhor foi quem sugeriu que Medina Echeverría fosse incorporado ao seminário da CEPAL..

Correto. Eu fui o responsável. Foi quando começamos a trabalhar sobre esses problemas na CEPAL e tínhamos tido nossas primeiras vitórias. A Conferência do México foi fundamental, porque ali se decidiu a permanência da CEPAL. O mandato da CEPAL era temporário, por três anos, e os norte-americanos queriam destruí-la. Na realidade, tudo isso estava marcado pelo confronto com os Estados Unidos, que não admitiam um pensamento independente na América Latina. Aparece, então, esse grupo de Prebisch que quer pensar por conta própria. "Quem eles pensam que são, são uns ignorantes", dizia-se. Essa é a história. Como resultado, tínhamos diante

de nós esse poder imenso e ali foi que Prebisch foi fundamental para enfrentar os Estados Unidos. Sem Prebisch, não teríamos conseguido. Prebisch era muito respeitado pela academia mundial. Foi então que houve o confronto do México, que eu descrevi no meu livro⁸, e passamos a crescer muito na América Latina. Prebisch foi um pouco forçado nessa direção, embora ele não pensasse tanto desta forma. Foi forçado pelas circunstâncias, porque os que apoiavam a CEPAL eram aqueles que tinham consciência de que havia um confronto, implícito ou explícito, oculto ou invisível, com os Estados Unidos, que a América Latina era, na realidade, dominada, que havia uma forma de dominação internacional sobre ela. Foi por isso que a CEPAL cresceu. Todas as pessoas que tinham consciência política de que havia um problema de confronto com os Estados Unidos — o caso de Noyola foi muito claro — foram para a CEPAL. Chegamos até o ponto em que Prebisch claudicou, como comentei no meu livro. Ele não queria um confronto muito forte. Tinha muito mais experiência que nós nisso. Eu também tratei, aqui no Brasil, de reduzir o confronto.

Aqui havia uma corrente maior próxima ao confronto, maior do que no México e na Argentina. Foi aqui no Brasil onde se criou o núcleo principal do pensamento latino-americano. Aqui, todos os marxistas estavam conosco.

Houve teóricos-chave que combateram a CEPAL. O senhor mesmo relata que, em 1953, muitos teóricos vieram para o Brasil discutir as idéias da CEPAL. Vieram R. Nurkse, J. Viner, L. Robbins. Quais deles tiveram a capacidade teórica de entender os argumentos e enfrentá-los de uma maneira não política?

Quem mais compreendeu foi Nurkse, e por isso foi possível o debate. Na realidade, se aproximou muito do nosso lado. Nurkse foi, seguramente, o homem que leu e entendeu. Ainda assim, tivemos dificuldades com ele. O senhor se lembra que eu tive uma polêmica com ele. Sua compreensão contribuiu muito para dar prestígio às nossas idéias, porque ele respeitava tudo isso. O que acontece é que L. Robbins e Halberler não tinham lido nada, e supunham que nós pouco sabíamos de economia. Mas eles pouco sabiam de história e da nossa realidade política. Veja, o confronto era muito mais uma tomada de posição de um grupo de brasileiros que queria reduzir a influência norte-americana. No entanto, esse pessoal que vinha de fora pensava que era uma coisa menor. Alguns não se davam conta da importância do debate — Nurkse sim. Com sua polêmica, que teve projeção na imprensa brasileira, da qual o próprio Prebisch participou, tendo do outro lado Gudin, o economista mais importante aqui no Brasil, com muito prestígio na América Latina. Esse confronto se fez mais dramático no Brasil. É preciso entender que estava muito ligado ao tema contra Vargas, cujo segundo governo foi muito progressista, muito avançado, e havia uma tremenda campanha contra ele. Nós percebíamos as adversidades e tivemos uma entrevista com ele, onde ofereceu a Prebisch todo o seu apoio. Foi um grande político brasileiro; eu o descrevi no meu livro [refere-se a *Fantasia organizada*]. Portanto, o real confronto se deu aqui no Brasil. Estava projetado na política interna. Foi tão grande a reação, que houve uma inversão muito forte na ortodoxia a partir desse momento. Houve então um esforço considerável no sentido de criar uma escola de pensamento ortodoxo, liberal, no Brasil, que é a que atualmente está dominando. Fortaleceu-se na Fundação Getúlio Vargas, a instituição independente mais importante que há no Brasil. Dali, criou-se uma Escola de Economia que teve uma influência muito forte na geração seguinte, com um marcado pensamento liberal.

(8) Furtado se refere a *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Em 1957, o senhor deixou a CEPAL. Esteve em Cambridge e retornou logo ao Brasil. Trabalhou então em conjunto com R. Campos, que aparentemente trabalhava com uma visão mais ou menos similar. Retrospectivamente, podemos dizer que Campos dá um tremendo giro. É difícil compreender os seus primeiros anos comparando-os aos subseqüentes, falando não apenas teórica mas também politicamente. Como explicar isso?

É uma evolução pessoal, parte da sua biografia. Ele considera que tudo o que disse e pensou naquela época estava equivocado, era produto da sua ingenuidade. Havia sido influenciado, digamos, por idéias de esquerda, nas Nações Unidas, onde havia trabalhado com um jovem diplomata brasileiro. Ele foi muito influenciado nas Nações Unidas por um grupo da *intelligentsia* de esquerda, de pensamento avançado. E isso é o que diz hoje em dia. Depois se deu conta de que era ingenuidade. Para compreender personalidades como as de Campos, porém, não podemos esquecer que suas decisões não são fruto de uma mudança doutrinária, e sim de alguém que toma uma decisão em função dos seus interesses pessoais. Uma história, enfim, dedicada à sua carreira.

Quando se analisa a grande maioria dos seus textos entre 1958 e 1964, seu mais importante interlocutor parece ser a esquerda.

Sim, pois eles me apoiavam. Eles viam em mim um homem independente. Inclusive Prestes afirmava que me apoiaria. Por isso consegui aquilo da Sudene. A imprensa me apoiou porque eu não estava ligado a nenhum partido em especial. Nessa época, a opinião nacionalista quase de direita de alguns setores militares me dava seu apoio. Por isso também tive o apoio de três diferentes presidentes, porque sabiam que eu tinha apoio em amplos setores sociais.

Os anos 60

Com o seu exílio do Brasil em 1964, o senhor ficou um tempo no Chile e depois foi para os Estados Unidos. Retrospectivamente vemos que se integra plenamente na vida acadêmica francesa. Por que a França? Aparentemente o senhor se integraria melhor nos Estados Unidos, onde setores liberais o conheciam bem.

Bom, era evidente que eu tinha estudado na França. Tinha então relações pessoais e um conhecimento maior do meio, e eu gostava do país. Havia uma preferência pessoal. Mas eu pretendia ficar mais tempo nos Estados Unidos. Se eu saí dos Estados Unidos foi porque a situação se agravou com a guerra do Vietnã. Foi a época em que começou o conflito. E, ao agravar-se a situação interna nos Estados Unidos, a direita norte-americana começou a exacerbar-se. Onde eu ia, como contei no meu livro⁹, faziam-me perguntas muito desagradáveis. Nas minhas exposições na Califórnia, por exemplo, aparecia um sujeito que perguntava: "e vocês comunistas que fazem isso e aquilo?". Outras vezes, fui insultado. Com certeza imaginavam que eu estava contra o governo norte-americano. Podiam, inclusive, ser agentes provocadores pagos pela ditadura militar brasileira. Além disso, tive conhecimento de que o governo militar procurou interferir para que as autoridades norte-americanas impedissem a minha permanência nos Estados Unidos, como fariam também com relação à França. Era, porém, a França de De Gaulle, e eu estava protegido. Tinha muitos amigos pessoais. Eu gostaria de ter ficado mais tempo nos Estados Unidos, mas senti que o clima não era favorável.

(9) Furtado se refere ao livro *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Entre 1964 e 1975, o senhor abandona todo o otimismo com relação ao poder que possui o processo de industrialização para desenvolver e transformar um país como o Brasil ou o continente. Depois, sua crítica foi mudando, porque aparece um modelo de como se dá essa concentração de renda que deriva num tipo de demanda específica, procriando um capitalismo industrial que não amplia o seu raio de ação...

Que exclui...

Esse passo, como se deu?

Esse passo foi resultado da observação do que ocorria no Brasil. Não podemos excluir a importância da intervenção política militar no Brasil, porque avançar na industrialização era aparentemente fácil. Vejamos, meu objetivo era transformar esta industrialização num instrumento de desenvolvimento social, de integração da população, para mudar a sociedade brasileira. Eu acreditava, no começo, que era quase inevitável que, com a ascensão de novas forças sociais brasileiras, haveria uma transformação social. Não havia nenhuma razão para que não se transformasse parte do quadro institucional brasileiro. O que aconteceu foi que, com a ruptura de 64, interrompeu-se o processo. Deteve-se toda a mudança social. E então transformou-se toda a política brasileira. Toda a política econômica brasileira passa a ser estritamente uma política de industrialização, intensificando o processo de exclusão social. Criou-se uma profunda antinomia entre desenvolvimento e projeto social. Eu me dei conta disso claramente e de que as forças sociais e a sociedade brasileiras também estavam mudando. Aquelas forças que tinham apoiado a esquerda tendiam a desaparecer. A *intelligentsia*, os economistas, todos estavam mudando. Quando eu cheguei a este país dez anos depois, ele já era outro. Outra mentalidade, outra gente, e então perdi a idéia de minha geração de que poderíamos avançar realmente no sentido de concretizar uma sociedade diferente, mais igualitária, mais equânime, menos injusta. Todos esses idealismos que nós, da esquerda, havíamos alimentado tinham desaparecido; haviam sido inviabilizados, todos esses objetivos, o projeto total. Isso teve uma forte repercussão na minha forma de pensar. Daí que todos os meus livros, a partir do *Análise do modelo brasileiro*¹⁰, são livros que transmitem uma imagem pessimista do Brasil. E isso porque eu tinha sido um homem otimista. Na *Formação econômica do Brasil*, aparecia um país que avançava e que tinha um projeto.

(10) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Nos anos 70 começamos a escutar as críticas mais beligerantes, inclusive desinformadas, contra o que se considerava os postulados e propostas da CEPAL. Assim, as políticas de desenvolvimento, industrialização e de transformações sociais vão perdendo espaço em toda a América Latina.

Bom, vão perdendo espaço. Tomemos o caso do Brasil, que é exemplar. Na realidade, no Brasil não voltamos a ter uma política de desenvolvimento. O Brasil tinha tido uma certa evolução social antes de 1964: a incorporação das massas, as ligas camponesas, a sindicalização indicavam que se estava formando uma nação moderna. Esse processo, porém, interrompeu-se brutalmente. Produziu-se um desenvolvimento totalmente perverso, que não teve outros objetivos além de acumular e concentrar. Não se pode julgar, portanto, sem ter em conta as causas profundas que o provocaram. Está ligado ao quadro internacional.

O golpe no Brasil foi gestado no quadro de relações da Guerra Fria. Não acho que possamos deduzir que o que aconteceu no Brasil seja representativo da América Latina. No Brasil, não foi propriamente uma política de desenvolvimento que falhou, uma política, digamos, cepalina. Simplesmente, tudo o que estava

sendo gestado foi interrompido. A política distributiva estava adequada. Havia um tremendo conflito em torno das reformas. Mudar a sociedade, incorporar as massas. Mudar o modelo de desenvolvimento. Tudo isso foi enterrado. A direita assumiu, e essa direita é a responsável por aquilo que aconteceu depois. Não poderíamos dizer, então, que a política e os ideais da CEPAL falharam, porque estes já tinham sido esquecidos.

Os anos 70

*Entre 1975 e 1980, a hegemonia das propostas neoliberais foi total...
É um fenômeno mundial.*

E o senhor inicia um dos seus esforços teóricos mais profundos — assim como desconhecidos —, na América Latina, com seu Prefácio a uma nova Economia Política. Procura então construir novas categorias conceituais para repensar o pensamento social em geral e, inclusive, tenta deixar de lado algumas categorias do estruturalismo e obviamente as do pensamento convencional. Este esforço reflete as críticas que surgiram à CEPAL e ao estruturalismo?

Não tanto. Foi realmente uma tentativa de superar e desenvolver o nosso pensamento. E ir um pouco mais longe. Eu tinha consciência de que a possibilidade de transformar um pensamento em ação era muito mais limitada — atribuí-a-lhe, portanto, muito menos importância do que se pensava nesse momento. Acho que escrevi para o futuro. Imaginava que o mundo não ia terminar agora. Chegaria o momento em que teríamos que pensar tudo de novo e atuar de outra forma. Estava pensando, então: quais seriam os matizes? Como ensinar economia?

Eu era professor, tinha alunos e fazia conferências por toda a América Latina e o mundo. Meu desafio era: o que pensar? Como criar uma mensagem nova? Estava, na verdade, tratando de elaborar uma nova mensagem, que partisse de uma visão muito mais complexa do que aquela que tínhamos os economistas dos anos 50. Percebia que necessitávamos de uma visão de categorias mais amplas que considerassem a sociedade como um processo de criação e de invenção social. E isso escapava um pouco do tipo de modelo que tínhamos elaborado nos anos 50. Era um trabalho acadêmico, não tinha idéia de que pudesse ter um impacto imediato sobre a realidade, enquanto a CEPAL era pensada para atuar. Buscava-se transmitir uma mensagem política.

Como professor, deixo uma mensagem. Keynes ensinou os estudantes a pensar, mas a partir de categorias válidas a longo prazo. Assim, eu tentei deixar bases teóricas novas, que sirvam de ferramenta para as novas gerações.

Quero tratar novamente de sua relação com Prebisch em meados dos anos 70. Nessa época, Prebisch começa a utilizar uma categoria inédita no seu vocabulário conceitual. Refiro-me à categoria de excedente, seu uso e sua apropriação. O senhor, por razões particulares, a deixou um pouco de lado por vinte anos. O senhor manteve contato com ele ao longo de sua vida?

Sim, constantemente.

O senhor acredita que se deve a esta relação o repensar sobre a acumulação na periferia em termos do excedente, um termo por excelência "clássico"?

Prebisch era um homem que tinha idéias muito próprias. Quando eu escrevia, ele me criticava. Pensava que eu dizia coisas muito arriscadas, que me expunha demais. Recordo que ele escrevia só depois de ter pensado muito bem. Prebisch foi, porém, um homem que nunca teve muito interesse em sair do marco da economia. Há muitos anos eu lhe falava de Max Weber e coisas deste tipo. Ele, porém, parecia não ter interesse por essas coisas. Captava a idéia do excedente, de que uma sociedade dispõe de liberdade a partir da idéia de excedente. Para mim, é a margem de autonomia de decisão de uma sociedade. A sociedade primitiva não tem nenhum excedente. Uma sociedade que tenha uma margem de autonomia é porque alcançou um nível de acumulação e um determinado excedente. Isso é ter poder político. O excedente pode ser utilizado para construir muralhas, ou fazer a guerra, ou acumular máquinas. Essa idéia ele aceitou, mas não ia além disso.

Os anos 80

O senhor está de volta ao Brasil. No seu vocabulário conceitual integra duas novas noções teóricas, acumulação e excedente — integra-as ao estruturalismo, digamos, tradicional. Com esse vocabulário, o senhor explica os fenômenos e as propostas a seguir a partir da década de 80 no Brasil.

A idéia era unificar esta linguagem. Muito se percebe dessa intenção no meu pensamento. É evidente que, nos anos 80, tínhamos perdido muitas batalhas. Não havia muitas esperanças e a margem de manobra era muito pequena. Depois da grande crise de 1982, com a crise de pagamento, o endividamento e a explosão da dívida externa etc., o espaço para fazer política no Brasil tinha sido drasticamente reduzido. Passei a preocupar-me principal e diretamente com a questão social. A aplicação, portanto, de categorias mais amplas era o que mais me interessava, não a temática econômica diretamente. Neste sentido eu me separava de Prebisch, pois ele continuava otimista com respeito a certas coisas. O Brasil teve a sua oportunidade histórica, acumulou riqueza e poderia ter transformado essa "modernidade" numa sociedade mais justa, mais estável. E não o fez. Perdeu uma oportunidade histórica. Acho que todos os países do mundo não desenvolvido deveriam ter a capacidade de mudar o seu destino. O Brasil, no entanto, perdeu esta oportunidade. Perdeu-a pelo atraso social, por ter uma elite que se aliou aos Estados Unidos, preocupada estritamente em acumular para benefício de uma minoria. O que se podia fazer então era muito mais limitado. Concentrei-me por isso no que podia fazer, com respeito à política dos anos 80, no aspecto puramente social. Não me interessavam mais os debates sobre a acumulação e o desenvolvimento em si, as tecnologias e isso tudo.

Durante o governo Sarney, o senhor ocupou o cargo de ministro da Cultura. O senhor teve a possibilidade de discutir e incidir nas medidas de política econômica?

Sim, tive. Mas tinha muito pouca repercussão. Eu era membro da direção do PMDB. Sarney tinha pouca sensibilidade social. Ele me ouvia amavelmente e eu falava com Funaro, que era uma das pessoas mais importantes para ele. E Funaro tinha sido vítima, talvez devido a suas limitações do ponto de vista econômico e político etc., porque, no Plano Cruzado de estabilização, ignorou-se totalmente, desde o começo, a vulnerabilidade externa do Brasil. Como avança um país, com uma dívida com serviços externos imensos, sem, primeiro, dar uma solução ao

pagamento da dívida externa? Esqueceram-se disto e passaram diretamente a uma política de congelamento de preços que teve como consequência a liquidação de todas as suas reservas de divisas, e quando estas foram totalmente liquidadas, ficaram nas mãos dos banqueiros internacionais.

Pelo menos retoricamente, ou seja, aparentemente, parecia que utilizavam suas colocações em torno do problema da dívida externa...

Claro. Porém, perdeu-se a oportunidade. Não aproveitamos as que apareceram naquela época. Era evidente que, em 1983 e 1984, havia possibilidades de uma ação maior, mais ampla, de mudar a situação porque os bancos estavam numa posição muito fraca, e nada foi feito. A partir de um certo momento, em 1988, não havia, pois, nada a fazer a não ser aceitar que o poder estava com os bancos, particularmente os norte-americanos, e que um país como o Brasil teria que submeter-se e adaptar o seu registro, a sua política, a um processo mais baixo de acumulação e de desenvolvimento, um "low profile". Nessa época, tudo ficou muito claro para mim.

Sua renúncia ao cargo no governo deve-se a estes fenômenos em geral, quer dizer, à pouca visão, às mudanças que houve na política econômica, ou o tema era verdadeiramente a concepção de Sarney em torno da Constituição?

Sarney teve muito pouca influência no meu comportamento. Eu aceitei aquela responsabilidade pelo chamado de muita gente, intelectuais dessa época que me fizeram um pedido para que eu aceitasse, sendo uma pessoa independente. Foi um sacrifício que fiz conscientemente. Vejamos, eu tinha um pouco de influência no que se refere às pessoas do governo da parte econômica, mas de forma muito indireta, muito discreta, porque ninguém pode tocar a área do outro. O que aconteceu foi que eu percebi que, com as mudanças do setor internacional, a globalização da economia e o enfraquecimento das fontes de poder do Terceiro Mundo, o horizonte de ação para fazer coisas havia se estreitado. Não era, portanto, na política que eu poderia fazer alguma coisa. Percebi, por exemplo, que quando dava uma conferência as pessoas assistiam, porém não tinha impacto, porque os centros de decisão e de poder estão hoje muito concentrados na grande imprensa ligada às firmas internacionais, com sua ideologia liberal thatcheriana, que esmagava tudo e não deixava espaço para a ação. Na verdade, sempre há algum. Eu não achava porém que seria o melhor. Imaginei, então, que se alguma coisa útil eu podia fazer, era no plano das idéias. Ocasionalmente escrevo alguma coisa, mas sobre problemas muito gerais, não sobre a conjuntura brasileira, ou sobre a dívida externa. Dei-me conta da crescente ineficácia de ação do pensamento. É uma questão de época. Em algumas, tem muita receptividade e importância, em outras, nenhuma. Mesmo na Europa, atualmente, não tem importância. Ninguém, nem as pessoas influentes, está interessado nas grandes escolas de pensamento, nem na própria Inglaterra. Eu, que vivi na França e na Inglaterra em outra época, sei da importância que tinha um Sartre ou um Bertrand Russell. Estamos numa época histórica de declínio total da influência dos intelectuais, que espero que seja passageira. Prefiro então evitar assumir a responsabilidade de tomar posições, exceto quando é indispensável. E faço algum trabalho, escrevo alguma coisa. Mas não tenho a ingenuidade de imaginar que podemos mudar o que está acontecendo.

A realidade é que um pensador tem influência, porém sob certas circunstâncias. É evidente que se alguém tenta hoje em dia pensar alguma coisa sobre o

desenvolvimento, não chama a atenção de ninguém. Quando eu pensava toda a questão do Brasil e do desenvolvimento regional do Nordeste, era uma época em que havia uma verdadeira paixão por este assunto, havia uma crise de consciência e uma tomada de posição sobre a importância dessas coisas. Por isso eu estava trabalhando. Não era para minha distração. Procurei e respondi com uma mensagem a todas as pessoas que estavam apaixonadas por tudo isso.

Os anos 90

Contudo, vejamos o paradoxo do momento. O discurso neoliberal propõe o desaparecimento das instituições estáveis como um dos meios para solucionar os desequilíbrios macroeconômicos, porém, nestes últimos cinco anos, o Estado teve que compenetrar-se novamente de uma série de problemas que apareceram como consequência das suas próprias políticas, embora com outro vocabulário. Muitos governos latino-americanos começam novamente a criar "programas" de "apoio", de "emergência" ou de solidariedade etc., ou seja, o que tiraram com uma mão, tiveram que ceder com a outra; não se pode esconder os custos sociais que são fruto do agravamento da pobreza. Se, por um lado, isso não é reconhecido, ocorre institucionalmente, embora seja a conta-gotas; é como se a própria lógica da destruição de certos setores produtivos ou da presença estatal atraísse novamente a intervenção do Estado.

Mas se de alguma maneira logra-se destruir determinadas funções específicas do Estado, o que se está ameaçando é a própria existência do sistema de direção e, portanto, do Estado nacional. O que teremos é uma total desagregação econômico-social. Isto é particularmente importante para um país grande como o Brasil, com suas graves desigualdades regionais, sociais e de renda. É evidente que os pequenos, com todo o respeito que merecem, poderiam ser incorporados ao sistema do "Currency Board"⁽¹¹⁾. Assim, tudo poderia funcionar bem na Estônia com o marco como moeda, totalmente integrado a um sistema neocolonial. As reservas que comandam a economia do país são a moeda de outro país. Lá, uma desvalorização do marco teria, simplesmente, que ser aceita.

(11) A melhor tradução desta noção seria uma espécie de "Comitê de compensações monetárias".

Hoje em dia, o pensamento neoliberal, diferentemente da concepção ortodoxa dos anos 40, já não se opõe a projetos de industrialização...

Mas, como é possível haver uma política de industrialização se não há uma política monetária própria, uma política cambial, que foram os principais instrumentos utilizados no passado para promover uma política de industrialização? O caso do Brasil é o mais notório. Os instrumentos mais fundamentais são aqueles que manipulam os eixos macroeconômicos, a política cambial, a política monetária. Sem eles, a economia teria que funcionar sob o "Currency Board", dada a ausência de um Banco Central. Tudo tem que se adaptar às situações internacionais, ou seja, não se pode ter uma política monetária própria. É possível conceber isso em um país pequeno da América Central, mas não em um país grande. Nessas condições, é impossível existir uma política de desenvolvimento e de industrialização. Talvez seja possível, até certo ponto, uma política social. O sistema o permite, porque poderiam ser elaboradas políticas de distribuição de renda e distribuição fiscal, ainda em um sistema totalmente aberto, liberal. Mas não uma política de desenvolvimento. É o que está sendo preparado para a América Latina. Quando falo com

algumas pessoas que vêm da Argentina e elas me afirmam: "Celso, tudo estava perdido, o país não funcionava", percebo então uma falta de confiança e de projetos.

Nesse sentido podemos dizer que, como nunca na América Latina, há âmbitos sociais onde um movimento de centro-esquerda que levante as bandeiras de igualdade, de um governo honesto com a intenção de criar, digamos, um Welfare State, seja factível...

Isto é aceitável ideologicamente, mas contar com forças políticas para implementá-lo é outra coisa. Isto é possível se, além de tudo, você contar com os instrumentos da política monetária, cambial, fiscal etc. Eu já vi e isso não pode ser tocado se for privatizado, como propõe o estudo do Banco Mundial, sugerindo um sistema internacional de controle no estilo do "Currency Board". Dessa maneira não existem meios para modificar as estruturas. Sob estas regras, não se pode ter influência alguma sobre os investimentos. Veja bem, é uma política neoliberal perfeita que presume uma sociedade homogênea e que alcançou um elevado nível de desenvolvimento e, como tal, não tem por que preocupar-se com o desenvolvimento em si, apenas com a justiça social. É o que acontece na França, por exemplo. É um absurdo que os europeus estejam preocupados com o desenvolvimento, ou porque a indústria automobilística reduziu relativamente a sua produtividade, quando as ruas estão cheias de carros que não servem para nada. É evidente que o problema deles é um problema de utilizar melhor a capacidade produtiva/tempo, que está subutilizada. É um problema de ordem muito diferente. É outra forma de estupidez, diferente da nossa. A nossa é, verdadeiramente, de grande magnitude. Não temos os espaços necessários, dada a política monetária latino-americana. No Brasil, o problema inflacionário reflete a total incapacidade do governo para o financiamento dos seus projetos. Em segundo lugar, o governo deve tomar medidas fiscais elementares, das quais carece totalmente.

Dentro deste contexto, fala-se muito da existência de uma liberalização do comércio mundial e da globalização das economias, mas, de fato, os três blocos econômicos poderosos excluem sistematicamente os produtos dos "competidores", ou seja, o Japão e os seus aliados, Estados Unidos e o seu tratado recente e a Comunidade Econômica Européia. Apesar disso, os países latino-americanos, sim, levaram a sério a retórica da "globalização", abrindo amplamente suas economias.

O que parece grave é que se queira subordinar toda a política dos países aos interesses do setor externo. Assim, são as indústrias de exportação as que determinam a economia do país, ditando as taxas de câmbio, por exemplo.

O problema agora é como adaptar-se à "globalização", que aparece como uma força avassaladora. Como evitar que esta globalização se faça contra o país. Eis o dilema. Como tirar partido das formas atuais de globalização, da sua força de expansão, baseada no "fundamentalismo mercantil". Porque não se pode esperar que estas forças transnacionais apresentem projetos elaborados para as nações fora do marco da sua própria racionalidade. Pensam na sua própria racionalidade, não na dos outros países, digamos, como o Brasil.

Além disso, pensa-se que com a globalização evapora-se a política. Por isso a possibilidade de delinear uma total liberalização dos câmbios. Acho que o NAFTA vai nessa direção. Trata-se de uma total ingenuidade, porque a realidade dos blocos econômicos, como o senhor mencionou, tem suas próprias formas de impulsionar seus projetos particulares. A única coisa que importa são os seus interesses.

O senhor está trabalhando no momento em algo específico?

Bom, por agora estou muito distante de tudo isso. Mas se algum dia tiver a possibilidade de trabalhar novamente sobre isso, o farei com a dedicação de sempre. Atualmente, me preocupam dois temas. Um, eu definiria como o do apogeu do "fundamentalismo mercantil", a idéia de que a lei do mercado e sua lógica é a medida de todas as coisas, convertendo-se em "ética". Delineia-se a idéia de que o mercado pode ser o cimento de uma sociedade. Assim, as relações mercantis são mais éticas que qualquer das atividades realizadas pelo Estado. Portanto, o fundamentalismo mercantil exige, e supõe, a redução da área do Estado. É uma forma de religião moderna. Por isso a denomino "fundamentalismo". É uma concepção sutil que vai se injetando na sociedade através das empresas. Se certas atividades ou partes do Estado ou de determinadas instituições públicas são destruídas, avançamos no campo da ética. Por quê? Porque se supõe que o mercado é muito mais puro, muito melhor que as instituições públicas que não estão sujeitas a lei sagrada do mercado. Quanto menor é o Estado, mais possibilidades tem uma sociedade de crescer.

Preste atenção: atualmente eu realizo algumas funções para a UNESCO, onde analiso a relação entre a cultura e o desenvolvimento e tenho que preparar certos informes. Encontrei por ali uma infinidade de trabalhos interessantes, pois não havia congruência entre tudo o que se está fazendo e as críticas a esse novo modelo ortodoxo de desenvolvimento. É impressionante, porque todos propõem que é necessário pensar o desenvolvimento a partir de outros valores, mais amplos, e por isso falo em sair do "fundamentalismo" do mercado.

Também reflito muito sobre os sistemas monetários latino-americanos, que é a segunda problemática que me preocupa. Quer dizer, sobre a possibilidade de que se esteja considerando a destruição dos sistemas monetários latino-americanos. Parece que se está preparando o caminho por todos os lados para uma completa dolarização da economia latino-americana. A destruição de um sistema monetário está ligada ao processo de fazer desaparecer o Estado nacional. O que se considera importante é ter uma economia onde não haja necessidade de assumir, dirigir e pensar sobre a responsabilidade das políticas públicas, exceto em casos excepcionais. O âmbito de atuação do Estado é reduzido enormemente ao se excluir a idéia de uma política monetária do Estado, ou seja, uma política cambial dirigida pelo Estado. Estamos retornando assim à idéia do "Currency Board" clássica dos países coloniais. Quer dizer, estabelecendo relações internacionais do velho tipo colonialista. É o que parece estar prevalecendo aqui no Brasil, onde só se discute se a economia será dolarizada ou não, como "solução" dos seus problemas.

Continuamos falando de outros temas, que tratarei de apresentar mais adiante em outros artigos. Em geral, nossa conversa foi multilíngüe, para superar as limitações doportunhol que nos era comum. Mas foi, sobretudo, natural, amena, franca, sem formalismos nem poses magistrais; inclusive, foi o próprio Furtado que me obsequiou com as pilhas para o meu gravador ao perceber o meu desespero quando este deixara de funcionar.

Quando falava em francês, a profunda raiz da sua formação intelectual e a sólida estrutura do seu pensamento pareciam aflorar em suas respostas. Era preciso e claro nos conceitos, categórico, ou melhor, brilhante. Mostrava uma tendência a gesticular com as mãos, da maneira como os grandes mestres procuram injetar convicção e paixão nas suas afirmações. Em inglês era frio, conciso, embora sempre claro e transparente. Em português era totalmente diferente. A sua linguagem

assumia um tom festivo, vivo, alegre, que parecia refletir a imagem colorida e apaixonada que temos no continente do espírito do samba e do cantar brasileiros. Mais de uma opinião esteve acompanhada de um sorriso intencional, ou mesmo de uma radiante gargalhada. Mas, sobretudo, no seu tratamento, nas suas reações, projetava sempre uma enorme dose de generosidade, de humanidade, de paciência, de compreensão, de sonhos latentes que, sem dúvida, foram fatores anímicos que lhe induziram a receber e conversar com um novato e atrevido estudioso da história das idéias econômicas dos nossos povos.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 41, março 1995
pp. 96-110
